

Leonice dos Santos Lopes
Raquel Aparecida Soares Reis Franco

ORIENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO:

um olhar a partir da
pedagogia histórico-
crítica

2024



Leonice dos Santos Lopes
Raquel Aparecida Soares Reis Franco

**ORIENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA
ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO:
um olhar a partir da pedagogia histórico-crítica**

Ouro Branco
PARIMPAR
2024

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (Saviani, 2011, p.6).

Projeto Editorial: PARIMPAR e Pimpa Estúdio (eBook)

Capa (concepção): Geraldine E. B.

Revisão: PARIMPAR

Catálogo da Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Editora Parimpar

L5850 Lopes, Leonice dos Santos; Franco, Raquel Aparecida Soares Reis

Orientações e estratégias para escolha do livro didático: um olhar a partir da pedagogia histórico-crítica/ Leonice dos Santos Lopes e Raquel Aparecida Soares Reis Franco. Belo Horizonte [MG]: PARIMPAR, 2024.

9,80 MB

ePUB

ISBN: 978-65-01-11713-3

DOI: 10.6084/m9.figshare.26527600

1. Educação. 2. Pedagogia. 3. Pedagogia histórico-crítica.
4. Livro didático. 5. Didática. I. Autores. II. Título

CDD: 370.7

CDU: 37.02



Todos os Direitos Autorais estão protegidos por Creative Common (CC). Assim, esta obra pode ser reproduzida, copiada e disseminada, gratuitamente desde que as autoras sejam devidamente referenciadas. É proibida a venda e qualquer alteração no conteúdo original sem a autorização dos autores.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
APRESENTAÇÃO.....	13
1. PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS	16
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL.....	25
3. O LIVRO DIDÁTICO NO PROCESSO EDUCACIONAL.....	40
4. ORIENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA A ESCOLHA DE LIVROS DIDÁTICOS	48
4.1 – Guias dos Livros Didáticos.....	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	80
SOBRE AS AUTORAS	90

PREFÁCIO

Do mundo ao conteúdo, do conteúdo ao mundo: por uma visão holística para embasar o uso do livro didático na Educação Profissional e Tecnológica

Como recurso pedagógico historicamente de destaque nas salas de aula Brasil afora, o livro didático ocupa lugar central nos debates educacionais, especialmente em se tratando da sua qualidade e eficácia nas práticas educativas escolares, da sua validade na condição de “provedor” dos saberes culturais acumulados pela humanidade, do seu papel na construção do conhecimento e, de quebra, até mesmo da sua pertinência e relevância na prática pedagógica. Afinal, esse lugar é de bandido ou de mocinho?

Revisitando Libâneo, em sua pedagogia crítico-social dos conteúdos, deparamo-nos com o ideal

de democratização da escola pública e, em consequência e articuladamente, com o de democratização da sociedade como um todo, que só se opera no esforço coletivo para a consolidação de políticas públicas e de formação concatenadas ao desenvolvimento das sociedades e do conhecimento por elas produzido. Nesse contexto, a escola é o espaço privilegiado de ensino, aprendizagem, construção e difusão do conhecimento acumulado pela humanidade, que não pode, por isso mesmo, ser negligenciado em seu viés potencializador de práticas e representações que consolidam o fazer pedagógico. E esse fazer não se limita – é imperioso frisar – à transmissão pura e simples do conhecimento, de modo acrítico e sem embates, de forma transparente e ingênua, com contornos antidemocráticos e mesmo autocráticos. Ao contrário, deve ser o lócus da transformação, do empoderamento, da diversidade, da pluralidade, da criticidade e da ética constitutivos dos ideais de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, todas e todos.

Nesse sentido, pensar a escola pública é pensar na escola, para a escola e pela escola, em sentido amplo e em todos os matizes que lhe dão os contornos de instituição promotora singular da apropriação dos bens culturais produzidos pela humanidade, especialmente para as camadas sociais mais populares, em prol de uma sociedade de fato democrática. É pensar, portanto, em todos os instrumentos, em todos os meios, em todos os sujeitos, em todos os aspectos, enfim, que lhe constituem como tal. É pensar em como esses elementos podem e devem se articular na tecitura dos fios que lhe favorecem traços de um bordado feito para emoldurar o sentido da vida. Ora, não se pode conceber uma escola alicerçada em princípios democráticos que não se organize no interior do amálgama das interrelações entre sujeito-objeto-sujeito e seus desdobramentos constitutivos do fazer pedagógico omnilateral fundante dos princípios que regem seu viés emancipador.

Sob essa perspectiva, não há como negar o papel essencial do livro didático como parte integrante desse amálgama, como recurso de um conjunto mais amplo de dispositivos de que a escola lança mão no processo educacional, servindo como estímulo para abordagens que não se limitem a ele, evidentemente, mas que nele encontrem projeções de caminhos, de percursos, de perspectivas para a sistematização, na prática escolar, dos saberes historicamente construídos pela humanidade. Sendo assim, ele não é (E não pode ser!) o mestre que tudo sabe, que a todos conduz. Diferentemente, precisa estar no contexto da experiência social concreta dos atores envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem, por meio dos quais conteúdos culturais, artísticos, técnicos e científicos podem ser inseridos, ou pelo menos introduzidos, em práticas pedagógicas catalizadoras das práticas sociais mais amplas. Dito de outro modo, pode ser o potencializador do trabalho pedagógico por meio do qual se introduz o conteúdo das matérias escolares, aqui concebido como conhecimento inseparável da prática social.

Em se tratando da Educação Profissional e Tecnológica mais especificamente, já que este guia é produto de pesquisa inserida nesse contexto, é importante se pensar ainda nas bases teóricas e conceituais sobre as quais ela se assenta para a prática pedagógica alicerçada no amálgama a que nos referimos há pouco: de um lado, o propósito de educação politécnica; de outro, e articuladamente, o de formação omnilateral. Nesse sentido, conjugar a pesquisa ao ensino, desenvolver e estimular a curiosidade, a autonomia e o “aprender a aprender” são pressupostos inestimáveis que se devem fazer constar no material didático.

É sob essa perspectiva, mas não se limitando a essa modalidade de ensino, que esta obra se apresenta: não como manual estático e padronizador, mas como anúncio de possibilidades que contribuem para uma escolha crítica, reflexiva e ética do livro didático, ancorada em abordagem que destaca o papel educativo do

ensino dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, tal como defendido pela pedagogia histórico-crítica. Trata-se de orientações e estratégias apresentadas não de forma a delimitar prescrições normativas, mas, diferentemente, com o intuito de apresentar ao leitor, potencial ator na escolha do livro didático, perspectivas que vão desde o seu histórico no País, passando por reflexões acerca das políticas públicas nacionais voltadas para esse recurso pedagógico e chegando a proposições elegíveis para o trabalho reflexivo, crítico e ético de quem terá a incumbência de escolha - em geral, docentes.

À guisa de conclusão, retomamos a pergunta feita inicialmente, não com a intenção inócua de respondê-la, mas com o propósito de inseri-la no cerne de uma reflexão mais ampla que não limita o fazer docente, mas que, ao contrário, incute-lhe a dúvida, o questionamento, a criticidade e a ética inerentes ao seu trabalho. Não apenas para lhe fazer olhar de soslaio como se estivesse diante do inimigo, mas para lhe confirmar a coragem que

lhe é peculiar ao enfrentar os desafios do seu trabalho que, ao cabo e ao fim, rende à humanidade a continuação da sua história.

Adilson Ribeiro de Oliveira

Professor Titular do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG – Campus Ouro Branco). Docente e pesquisador do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFMG)

Setembro de 2024

APRESENTAÇÃO

Este livro é o produto educacional apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *campus* Ouro Branco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Este material tem por objetivo apresentar orientações e estratégias para a escolha de livros didáticos. Tomamos como perspectiva teórica na construção dessa publicação as discussões propostas pela pedagogia histórico-crítica que defende o papel educativo do ensino dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos. Essa pedagogia parte da concepção de natureza humana proposta por Marx e Engels: o homem necessita produzir continuamente sua existência, e é pelo trabalho que ele age sobre a natureza, adaptando-a às suas necessidades (Saviani, 2003).

Considerando o tema abordado nesta publicação, é importante destacar o conceito de ensino e distingui-lo do conceito de educação. O ensino tem o papel de possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico. A pedagogia histórico-crítica — a qual defendemos — pressupõe a socialização de um saber elaborado, produzido historicamente, como premissa para a produção de novos saberes, pois só se pode transformar algo ou modificá-lo a partir da sua apropriação (Almeida, 2019). Quanto à educação, conforme a Lei No 9.394, de 20 de dezembro de 1996, “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Nesta publicação, você encontrará, num primeiro momento, uma discussão sobre a pedagogia histórico-crítica. Em seguida, apresentamos o histórico das políticas públicas do livro didático no Brasil. Tratamos, no tópico seguinte, sobre a importância do livro didático no processo educacional. Por último, trouxemos algumas orientações e estratégias para a escolha de livros didáticos no interior da escola.

Esperamos que este livro contribua no fazer diário do professor e dos gestores escolares, em especial os de escola pública, no que se refere à escolha do livro didático.

*Leonice dos Santos Lopes
Raquel Aparecida Soares Reis Franco*

1. PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS

Neste livro digital, advogamos por uma pedagogia que defende o papel educativo do ensino dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos. Assim, compreendemos que o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), enquanto política pública longeva, assume uma das questões mais polêmicas e, ao mesmo tempo, mais importantes para a educação escolar, que é a seleção e a organização dos conteúdos que os alunos devem aprender (Duarte, 2015).

O PNLD é um programa consolidado no contexto educacional brasileiro. Sua finalidade é avaliar e disponibilizar materiais e obras didáticas, pedagógicas e literárias, de apoio à prática educativa às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições de educação comunitárias, confessionais ou filantrópicas e conveniadas com o Poder Público de forma sistemática, regular e gratuita (Brasil, 2023).

Saviani (2003), ao tratar sobre a seleção e a organização dos conteúdos, propõe a pedagogia histórico-crítica. Essa perspectiva parte da concepção de natureza humana proposta por Marx e Engels de que o homem necessita produzir continuamente sua existência e é pelo trabalho que ele age sobre a natureza, adaptando-a às suas necessidades.

Nesse sentido, a pedagogia histórico-crítica constitui uma proposta pedagógica que cogita trabalhar o saber sistematizado, transformando-o em saber significativo. Ou seja, espera-se que, ao longo do processo de ensino-aprendizagem, o aluno se torne capaz de estabelecer conexões importantes entre os conteúdos aprendidos e seu contexto social, econômico e familiar, ressaltando-se que o conhecimento resulta de uma construção histórica. Para tanto, essa pedagogia defende a escola como uma instituição estabelecida histórico-socialmente e responsável por socializar o saber sistematizado (Duarte, 2015).

Conforme Duarte (2015), o critério de seleção e de organização dos conteúdos pela pedagogia histórico-crítica é o do desenvolvimento de cada pessoa como um indivíduo que concretize em sua vida a humanização alcançada até o presente pelo gênero humano. Contudo, como as formas de trabalho têm suas bases em comandos hegemônicos, resultam de mediações cujas dimensões são de natureza histórico-social,

ontológica e ético-política às quais o trabalho como atividade humana é submetido (Duarte, 2015).

Considerando-se, porém, que o desenvolvimento do gênero humano, até a atualidade, tem ocorrido por força das contradições geradas pela luta de classes, é preciso levar-se em conta o caráter contraditório e heterogêneo do desenvolvimento do que Saviani chamou de “elementos culturais”, necessariamente marcados pela luta ideológica, que sempre acompanha a luta de classes. Luta ideológica significa, entre outras coisas, luta entre concepções de mundo (Duarte, 2015, p. 9).

Como visto, a definição dos conteúdos escolares é uma tomada de posição nesse embate entre concepções de mundo não apenas diferentes, mas, fundamentalmente, conflitantes entre si. Esse embate entre visões divergentes e, por vezes, opostas ressalta a importância da educação como um campo de disputa e de construção ativa de significados. Daí a importância

da pedagogia histórico-crítica uma vez que há uma dualidade no objeto da educação, ou seja, por um lado, temos a identificação dos elementos culturais essenciais para a humanização dos indivíduos, e, por outro lado, a descoberta das formas mais apropriadas para alcançar esse objetivo. Essa abordagem sinaliza, então, a complexidade e a amplitude do papel da educação na formação das pessoas (Duarte, 2015).

É importante destacar, ainda, na visão de Duarte (2015), a aparente inconsistência de dois clichês frequentemente difundidos no âmbito educacional: a assertiva de que ensinar não é educar e a rotulação de certas abordagens pedagógicas como “conteudistas”. Duarte (2015) sustenta que ensinar conteúdos escolares, como ciências, história, geografia, artes, educação física, língua portuguesa e matemática, é, por si só, um ato de educar.

Desse modo, a crítica recai sobre a noção de que, mesmo que as concepções de mundo veiculadas por

esses conhecimentos não estejam explicitamente declaradas, elas sempre estão presentes. Ou seja, o ato de ensinar tais conteúdos é, inevitavelmente, um ato educativo. Assim, a pedagogia histórica-crítica desafia a ideia de que ensinar e educar são distintos, invalidando a afirmação de que ensinar não é educar (Duarte, 2015).

Nesse contexto, a referida pedagogia configura-se uma ferramenta voltada para o alcance desses objetivos. Foi criada para ser usada no país que, hodiernamente, estabeleceu a fragmentação do conhecimento como norma, a fim de superar a divisão do saber (Saviani, 2003). De acordo com Saviani (2003), essa prática pedagógica permeia a realidade escolar atual. Destina-se a nortear a superação de desafios atuais enfrentados por docentes e discentes. Em síntese, a pedagogia histórico-crítica tem em vista alcançar a formação ampla e integral dos educandos, sendo que considera a abordagem analítica da escola e a interpretação sincrética que os alunos possuem do conhecimento construído nesse contexto (Saviani, 2003).

O que afirmamos acima evidencia que a pedagogia histórico-crítica advoga pela disseminação de conteúdos dinâmicos e atualizados como uma das principais responsabilidades do processo educacional em sua amplitude, e da escola em seu escopo específico. Os métodos dessa abordagem são orientados pela atividade e pela iniciativa dos alunos, mantendo, ao mesmo tempo, uma consideração pela iniciativa do corpo docente (Duarte, 2015).

O enfoque no diálogo entre alunos e professores valoriza a troca de ideias em relação à cultura historicamente acumulada. Isso pode contribuir para o interesse intelectual dos estudantes e a promoção de ritmos de aprendizagem e desenvolvimentos cognitivos (Saviani, 2003). Desse modo, todos esses elementos não negligenciarão o papel dos alunos e dos professores como agentes sociais, tampouco subestimarão a importância da aquisição de conhecimento lógico e sistemático, juntamente com

sua organização cognitiva, de maneira vinculada à realidade que os envolve.

É necessário enfatizar que a referida pedagogia atribui valor aos elementos teóricos e práticos enquanto se manifestam por meio de diversas mediações dos alunos entre si, com o professor, com a cultura e com a realidade local. De acordo com Saviani (2003), ao entender a atividade educativa como uma série de mediações que ocorrem no contexto da prática social global - durante problematização, instrumentalização e catarse - é possível compreender por que a prática social é ao mesmo tempo ponto de partida e ponto de chegada na pedagogia histórico-crítica. Nesse processo, transita-se do empírico para o concreto pela mediação do abstrato.

Em última análise, a pedagogia histórico-crítica visa alcançar, no final do percurso pedagógico abordado, aquilo que não estava presente no início. O professor, como agente social que inicia o processo com uma

síntese ainda que precária, possibilita a compreensão sintética aos alunos ao desempenhar o papel central na mediação entre o estudante e o conhecimento, desenvolvido socialmente. Ao término do ciclo, tanto o aluno quanto o professor estabelecem uma relação sintética com o conhecimento social. Ambos atingem o mesmo patamar, e a igualdade, que não está presente no ponto de partida, precisa ser conquistada no ponto de chegada (Saviani, 2003).

No próximo tópico, apresentamos um histórico das políticas públicas concernentes à edição e distribuição dos livros didáticos ofertados às redes públicas brasileiras desde a década de 1930. Compreender a historicidade dessas políticas é de fundamental importância, visto que, pelo viés capitalista, tais políticas geram consequências na atuação docente, tanto nas aulas, com relação aos métodos de ensino e abordagens conteudistas, quanto na escolha de material a ser utilizado em sala de aula.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

O livro didático assume um papel central na educação brasileira, ao servir como ferramenta fundamental para o ensino e a aprendizagem em todos os níveis escolares. Sua história, marcada por transformações e desafios, reflete as mudanças sociais, políticas e educacionais que o país vivenciou ao longo do tempo. Essa ferramenta pedagógica surge no início da década de 1930, num momento em que ocorria a ascensão da política educacional progressista (Macêdo; Brandão; Nunes, 2019).

Buscou-se, naquele período, fortalecer a democracia e a construção de uma sociedade mais justa, com a educação como ferramenta fundamental para se alcançar esses objetivos. O Estado, por meio de decretos, leis e medidas específicas, assumia um papel

central na regulamentação e na produção dos livros didáticos, visando garantir a padronização dos conteúdos e a qualidade do material educacional (Macêdo; Brandão; Nunes, 2019).

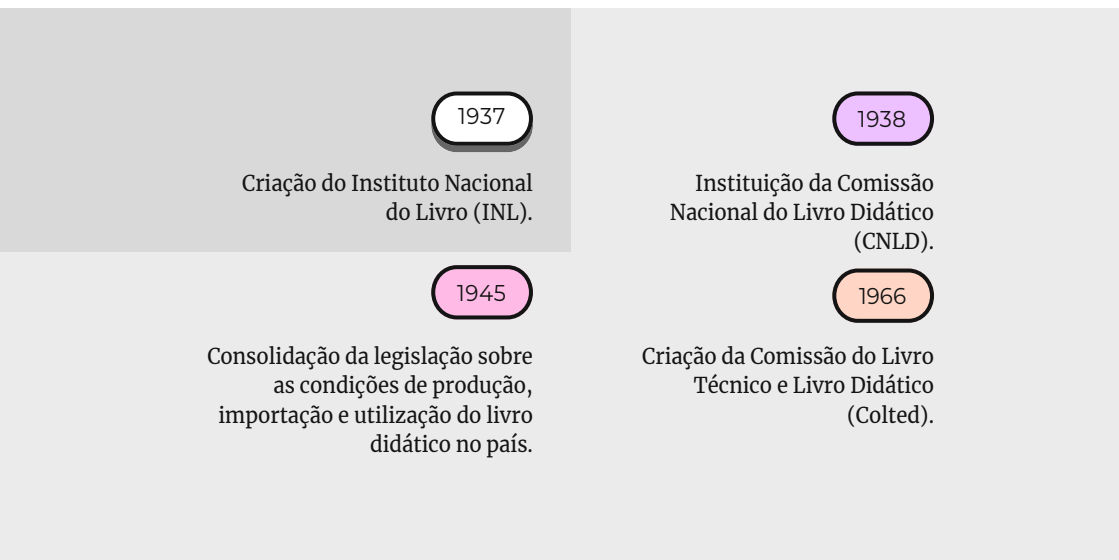
Nesse contexto, o governo brasileiro começou a estruturação de órgãos federais com a finalidade de fomentar a produção de livros e o acesso a eles no país, culminando na consolidação do PNLD. O PNLD oferece materiais pedagógicos que podem auxiliar os professores na preparação de suas aulas, com sugestões de atividades, exercícios, textos complementares, entre outros recursos. Isso contribui para a melhoria da qualidade do ensino e para a formação dos professores (Sampaio, 2018).

Além disso, os materiais didáticos distribuídos pelo PNLD são selecionados para garantir uma variedade de gêneros textuais e uma multiplicidade de visão de mundo a fim de motivar a reflexão crítica nos estudantes (Abbeg, 2023). Logo, adquirem um papel

importante na promoção da leitura e no incentivo à formação de leitores.

Para ilustrar esse processo, descrevemos os fatos históricos de maior relevância no período de 1937 a 2020, conforme linha do tempo a seguir, na Figura 1:

Figura 1 – Histórico da estruturação dos processos de produção, seleção e distribuição de livros didáticos no Brasil (De 1937 a 2020)



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (Brasil, 2023)

(Continuação) Figura 1 – Histórico da estruturação dos processos de produção, seleção e distribuição de livros didáticos no Brasil (De 1937 a 2020)

1971

Passagem da gestão administrativa e financeira do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef) para o INL (antes gerido pela Colted).

1985

Substituição do Plidef pelo PNLD.

1994/
1995

Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos - publicação “Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos” MEC/FAE/UNESCO.

2004

Distribuição completa de livros didáticos para os anos iniciais e início do atendimento ao Ensino Médio.

2006

Distribuição parcial para todos os anos e regiões do país no Ensino Médio.

2009

Distribuição integral (livros de vários componentes curriculares) para o Ensino Médio.

2012

Distribuição integral de livros aos alunos do Ensino Médio e EJA.

2020

Os livros do PNLD passam a seguir as normas da BNCC, com projetos integradores e coleção interdisciplinar.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (Brasil, 2023)

As informações da Figura 1 foram extraídas de diversas legislações. Inicialmente, o governo cria o Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937 – órgão que nasceu com as finalidades de “promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros” (Brasil, 1937).

Legislações diversas

Decreto-Lei nº 93, de 21/12/37; Decreto-Lei nº 1006, de 30/12/38; Decreto nº 8.460, de 26/12/45; Decreto nº 59.355, de 4/10/66; Decreto nº 77.107, de 4/2/76; Decreto nº 91.542, de 19/08/85; Decreto nº 7.084, de 27/01/10. (Brasil, 1937, 1939, 1945, 1966, 1976, 1985, 2010)

No ano seguinte, 1938, é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que nasce robusta: composta por sete especialistas de “notório conhecimento pedagógico e reconhecido valor moral”, sendo dois de metodologia das línguas, três de metodologia das ciências e dois de metodologias técnicas. Além do rigor técnico exigido para seus componentes, à CNLD é atribuída a responsabilidade pioneira pela política oficial para a legislação, controle da produção e circulação de livros didáticos no país (Di Giorgi *et al*, 2014).

A partir da criação da CNLD, o governo federal seguiu constituindo condições legais, financeiras e logísticas para estruturar as ações de avaliar, escolher e distribuir esse material em nível nacional. Os documentos oficiais consultados mostram que, gradativamente, o governo foi ampliando o alcance de sua atuação até contemplar todas as etapas da educação básica - da Educação Infantil ao Ensino Médio, incluindo a Educação Profissional e Tecnológica e, também, a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Brasil, 2022).

Um exemplo da estruturação desse processo é a criação de outras instituições além da CNLD e do INL, como a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) (Brasil, 1968) e a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted) (Brasil, 1966). Criados nos anos 1960, esses dois órgãos possuíam diretrizes específicas: cabia à Colted estimular a expansão da indústria do livro e à Fename produzir materiais didáticos para distribuição ou venda a preço de custo. Assim, ao longo de uma trajetória fortemente influenciada pelas diretrizes governamentais, os livros didáticos assumiram características específicas conforme o contexto social, político e econômico vigente em cada período histórico (Albuquerque; Ferreira, 2019).

A organização de um programa propriamente dito ocorre com a instituição do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), em 1970, por meio do INL. As atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros, até então a cargo da Colted, são assumidas pelo Instituto. Somente

após 15 anos, em 1985, o PNLD substituiu o Plidef, devido à ampliação do alcance dessa política a outras modalidades de ensino (Brasil, 2023).

Com isso, foram introduzidas diversas alterações no referido programa: os livros passaram a ser selecionados pelos professores; foi adotada a prática de reutilização das obras, o que eliminou o caráter descartável; houve aprimoramento das especificações técnicas para a produção – visando a uma maior durabilidade – e à possibilidade de criação de bancos de livros didáticos. Além disso, a oferta foi estendida aos alunos das 1^a e 2^a séries das escolas públicas e comunitárias (Brasil, 2023).

A implementação do PNLD na década de 1980 (Brasil, 1985) constitui-se num marco importante da história do livro didático no Brasil. O PNLD tinha como objetivo, naquele momento, qualificar a produção dos livros didáticos, promover a distribuição gratuita para as escolas públicas e fortalecer a formação dos

professores na utilização desses materiais. Na década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1998) surgem como um divisor de águas na educação brasileira, estabelecendo novas diretrizes curriculares para a educação básica. Os PCNs influenciaram significativamente a produção dos livros didáticos, exigindo que estes se adaptassem à nova abordagem pedagógica, com foco na interdisciplinaridade, na contextualização dos conteúdos e na valorização da autonomia dos alunos.

Para além dessa retrospectiva, vale destacar que o PNLD estabeleceu as diretrizes que orientam as interações do Estado com o livro escolar (Rojo; Batista, 2003). Inicialmente, a responsabilidade pela aquisição dos livros com recursos federais e sua distribuição gratuita às escolas públicas brasileiras estava sob sua égide. Somente a partir de 1996 é que o Ministério da Educação (MEC) começa a considerar a questão da qualidade desse material, o que levou à definição de critérios de avaliação. Inicialmente, a avaliação era baseada em critérios conceituais (os livros não podiam

conter erros ou induzir a erro) e políticos, devendo ser isentos de preconceito, discriminação, proselitismo político e religioso (Brasil, 2023).

Em se tratando de legislação, é apenas na LDBen nº.9.394/96 que há a garantia de material didático suplementar, ainda que, no entanto, o livro didático já fizesse parte do cotidiano escolar (Gatti Jr., 2004).

A partir de 1999, um terceiro critério foi introduzido: o de natureza metodológica, que exigia que as obras proporcionassem situações de ensino e aprendizagem adequadas, coerentes e que envolvessem o uso de diferentes procedimentos cognitivos (Batista; Rojo; Zúñiga, 2005).

Desde então, os livros participantes do programa são submetidos a uma avaliação pedagógica realizada por um grupo de pesquisadores e professores de instituições universitárias e redes públicas de ensino. Eles são encarregados de estabelecer critérios, julgar a qualidade e recomendar ou excluir os manuais didáticos a serem utilizados no Ensino Fundamental. Os livros didáticos são avaliados a cada três anos e aqueles recomendados para uso pelos professores são incluídos no Guia de Livros Didáticos (GLD), auxiliando os docentes na seleção dos materiais (Brasil, 2022).

O Ensino Médio (EM) foi contemplado pelo PNLN no ano 2004 (CD FNDE n.º 38, de 15/10/2003). Naquele ano, alunos do 1º ano das regiões Norte e Nordeste receberam livros de matemática e português. Desde então, o governo foi ampliando a distribuição de livros e realizando simultaneamente reposições e complementações segundo a demanda (Brasil, 2022).

Em 2012, o MEC conseguiu avançar na aquisição e distribuição integral de livros do EM, ao incluir a modalidade Educação de Jovens e Adultos. Em 2018, ocorreu a extinção do edital de chamamento para a seleção de universidades responderem pelo processo de avaliação dos livros didáticos – uma decisão política que empobreceu a qualidade do PNLD. A última data a ser destacada do referido histórico é 2020, quando é exigido que todas as obras e materiais geridos e distribuídos por esse programa obedeçam ao que está previsto na BNCC (Brasil, 2022).

Acerca da avaliação pedagógica dos livros didáticos, essa tem sido descrita como um “filtro entre os produtores do livro e seu mercado” (Batista; Rojo; Zúñiga, 2005, p. 51), resultando na exclusão daqueles que não atendem aos critérios estabelecidos pelo PNLD. Isso incentiva a melhoria da qualidade desses livros, bem como o lançamento de novos títulos e a participação de novas editoras e autores no mercado editorial a cada edição do programa.

Sampaio (2018), na mesma direção de Batista; Rojo; Zúñiga (2005), nos informa que a avaliação dos materiais didáticos é um procedimento rigoroso que abrange a análise de uma variedade de critérios, incluindo a qualidade do conteúdo, a aderência às diretrizes curriculares, a clareza da linguagem, a incorporação de inovações tecnológicas, entre outros aspectos. Logo, o PNLD tem sido bem-sucedido ao oferecer materiais pedagógicos que apoiam os professores em seu fazer cotidiano na sala de aula.

É oportuno ressaltar que o sistema educacional e a produção cultural brasileira sofrem mudanças constantes decorrentes de decretos, leis e medidas políticas, com destaque para o livro didático, os quais são objeto de políticas governamentais e causa preocupação entre os professores do Ensino Fundamental. Ou seja, a manutenção dos princípios precípuos do PNLD e o cumprimento de seus objetivos dependem da perspectiva ideológica do governo em vigência (Rego *et al*, 2022). Logo os reflexos de cada posicionamento ideológico nas obras didáticas são inevitáveis.

Até 2017, a seleção de materiais didáticos ocorria a cada três anos (Brasil, 2010). A partir de 2018, essa periodicidade foi alterada para quatro anos. Isso se deve ao fato de que o PNLD (Brasil, 2017) é encarregado de estabelecer critérios que influenciam, também, os processos de produção e publicação. “A nova periodicidade de realização desse programa visa garantir que os livros destinados aos estudantes da educação básica sejam cada vez mais de alta qualidade” (Caimi, 2018, p. 23, *apud* Souza, 2020, p. 35).

Além disso, as prioridades e os enfoques do PNLD sofreram influências decorrentes das mudanças nas políticas nacionais de educação entre os anos 2017 e 2021 - período em que foi aprovado o “novo” Ensino Médio no contexto da BNCC.

Embora o termo “novo” Ensino Médio seja um registro formal “cunhado” pelo MEC, é importante ressaltar que ele não reflete a realidade. Ou seja, o conceito de competências contido nele resgata as entrelinhas dos textos de políticas curriculares do final da década de 1990. Assim, estabelece limites revelados em pesquisas anteriores, entre estes, “o de que tal abordagem mostra-se limitada por seu caráter pragmático e a-histórico” (Silva, 2018).

3. O LIVRO DIDÁTICO NO PROCESSO EDUCACIONAL

O livro didático pode se configurar numa ferramenta de superação da divisão do saber se esse recurso for usado para a promoção do homem, como objetivo fundamental da educação (Saviani, 2013). Como recurso pedagógico, o livro didático desempenha um papel central no processo educacional e significa um recurso essencial nas mãos dos professores. Seu uso não apenas reflete aspectos da cultura acadêmica e social, mas também transmite e reforça uma ampla gama de valores morais, sociais e culturais para as crianças. Dessa forma, ajuda a moldar sua compreensão do mundo e seu papel na sociedade, conforme aponta Sousa (2020).

[...] o livro didático exerce influência direta na moldagem da cultura dos jovens. Em certos casos, ele representa o primeiro encontro com o

mundo da escrita e a oportunidade de explorar outras narrativas e culturas. Embora os conteúdos dos livros possam, em algumas situações, reforçar ou perpetuar estruturas de dominação e relações de poder, sua utilização e assimilação adequadas podem contribuir para o desenvolvimento de um pensamento crítico (Sousa, 2020, p. 37).

Os livros e os manuais didáticos não apenas refletem ideologias e prescrições políticas, mas também contribuem para a formação da identidade das crianças e para a construção da cultura escolar. Assim, podem ser vistos como um objeto que carrega consigo pistas valiosas sobre a evolução dos modos de conhecimento e das práticas educacionais ao longo da história (Abbeg, 2023).

Nessa mesma direção, Bittencourt (2003) nos lembra que o livro didático é um objeto cultural contraditório que gera intensas polêmicas e críticas de muitos setores, mas é considerado um instrumento fundamental no processo de escolarização. Conforme

Bittencourt (2003), pode-se constatar que o livro didático

[...] assume ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. Por ser um objeto de “múltiplas facetas”, o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais (Bittencourt, 2003, p. 1).

A partir de Bittencourt (2003), é possível depreender que o livro didático abrange parte do conjunto de recursos para o desenvolvimento educacional e que, do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo, o ser humano evolui das operações mais concretas para as mais abstratas. Dessa forma,

isso significaria que o livro didático, enquanto recurso educativo, amplia sua faixa de referência (já que, como instrumento mais abstrato, ele propicia maior campo de abrangência) para se articular e, em certos casos, abarcar outros recursos pedagógicos. Em outros termos, caberá ao livro didático servir como elemento estimulador a professores e alunos no sentido de aguçá-los a capacidade criadora, levando-os à descoberta e uso de novos recursos, por meio de sugestões múltiplas e ricas (Saviani, 2013, p. 131-132).

Dada a necessidade de o livro didático ser um instrumento para estimular professores e alunos em seu processo criativo, cabe discutir sobre a função delegada a esse material em vista do processo de formação do educador e da sistematização do saber científico transmitido do educador para o educando. Ao tratar sobre essa questão, Pires Júnior (2021, p.91) nos alerta que “o livro didático pode perder o caráter didático, preenchendo o caráter educativo antes atribuído ao professor, como sujeito social possuidor de saber, sujeito que sabe o saber produzido pelos outros e que o transmite. Para ele, o que antes era de responsabilidade da escola e do professor passa a ser

responsabilidade dos autores do material didático. Dessa forma, não há a necessidade de pensar o conhecimento ou reelaborá-lo por outras instâncias sociais, tais como universidades, centros de pesquisa, editoras e outros.

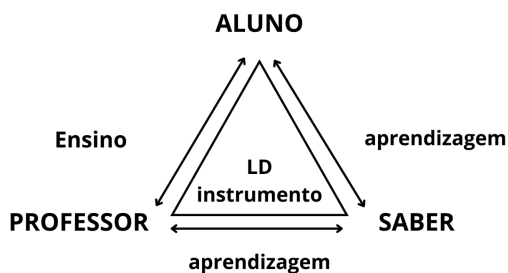
Ampliando esse debate, Oliveira (2009) nos lembra que, muito embora o livro didático seja um instrumento central nas práticas da sala de aula, ele não possui autonomia. Isso significa que o livro didático não consegue garantir precisão do conteúdo que carrega, tampouco dá conta de se adequar às diversas realidades sociais e culturais que compõem o Brasil.

O uso do livro nas escolas brasileiras, conforme Oliveira (2009), revela haver professores que não conseguem, por exemplo, acompanhar a evolução dos conteúdos, como o uso de modelos matemáticos para compreensão de várias ciências que exigem o domínio de estatística e de outros temas. Há também docentes

que, ao escolherem os livros didáticos do PNL D, fazem uma má escolha, uma vez que o livro não atende à realidade local e/ou não é condizente com o nível e realidade dos alunos. Esses docentes consideram que, muitas vezes, os alunos chegam às escolas sem saber nada de um determinado conteúdo e os livros estão além do nível dessas crianças.

Para Oliveira (2009), o cenário descrito acima compromete o desempenho do processo de ensino-aprendizagem, que depende da relação entre professor e aluno e destes com o saber, conforme representado na Figura 2.

Figura 2 - Triângulo didático



Fonte: adaptado pelas autoras de Oliveira, 2009, p. 4.

A Figura 2 representa, de maneira clara, como o livro didático se situa enquanto recurso central no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, o professor normalmente adota em relação a ele uma entre três posturas. Ao adotar a primeira postura, “o professor delega ao livro didático a responsabilidade pelas aprendizagens dos alunos, tornando-se dispensável no triângulo didático” (Oliveira, 2009, p. 5). Ou seja, o professor abandona seu protagonismo no processo de ensino-aprendizagem e coloca o aluno em contato direto como os saberes contidos nos livros didáticos.

A segunda é a do professor que, além de interpretar os conhecimentos do livro didático em estudo, por vezes acrescenta informações pesquisadas com base em outras fontes. Isso permite a ele mediar a interação do aluno com o livro didático, preservando a proposta pedagógica da obra em questão (Oliveira, 2009).

Por último, a mais adequada, a terceira postura, que consiste na estruturação da aprendizagem de conceitos

tendo as propostas de um determinado livro didático como complemento de uma abordagem mais ampla construída pelo professor a partir de outras fontes. Para tanto, “ele precisa dominar os conteúdos da disciplina. Desse modo, o livro didático transforma-se num instrumento de formação para professores e alunos” (Oliveira, 2009).

4. ORIENTAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA A ESCOLHA DE LIVROS DIDÁTICOS

De acordo com Macêdo, Brandão e Nunes (2019), as estratégias de ensino e aprendizagem têm evoluído ao longo do tempo, especialmente com o avanço da tecnologia, que se integra ao processo educacional como um recurso valioso. No entanto, o livro didático mantém seu papel de destaque. Ele continua sendo o principal suporte para o estudo, pois o uso exclusivo de sons e imagens não garante a aprendizagem dos conteúdos. Além disso, é importante considerar a realidade de muitas escolas brasileiras que ainda não estão equipadas com essas tecnologias, tornando esses recursos um sonho distante para elas.

Em meio à diversidade de livros didáticos oferecidos pelas editoras, é fundamental destacar a importância dos critérios de escolha desses materiais pelos

professores das escolas públicas no Brasil. De acordo com Macêdo, Brandão e Nunes (2019), dado que as atividades pedagógicas frequentemente dependem da utilização desses livros, é essencial que os critérios de seleção assegurem a qualidade do material escolhido. Para os referidos pesquisadores, os instrumentos de apoio pedagógico utilizados pelo professor durante o processo educativo devem ser de alta qualidade e usados de maneira adequada. Esse recurso é tão importante quanto o próprio processo de escolha, que muitas vezes é insatisfatório.

Os professores dão pouca importância ao processo de seleção dos livros didáticos, aderindo a critérios que não foram elaborados por eles. Há uma falta de envolvimento por parte dos docentes na escolha dos livros didáticos, e, frequentemente, adotam livros sem terem participado do processo de seleção, o que é incoerente do ponto de vista didático-pedagógico. Afinal, os professores são os mais familiarizados com o contexto em que o livro será usado e as diversas formas de utilizá-lo. Isso evidencia a necessidade crucial de

sua participação no processo de escolha dos livros didáticos (Macêdo; Brandão; Nunes, 2019).

Para Macêdo, Brandão e Nunes (2019), mesmo sendo o único recurso acessível a professores e aos alunos em muitas escolas, a escolha do livro didático, geralmente, se fundamenta no nome das editoras ou dos autores renomados, conforme apontam Pereira, Pereira e Melo (2007). Em diversas escolas, o critério de seleção é deixado a cargo do professor, que muitas vezes opta por seguir a indicação de um colega ou as sugestões de um guia de livros elaborado pelo MEC e distribuído às escolas. Como resultado, os professores acabam não manuseando os livros didáticos nem avaliando adequadamente seus conteúdos.

Durante o processo de seleção do livro didático, é essencial que o professor, conforme Gonçalves (2007), considere diversos fatores, como o contexto em que o livro será utilizado, a situação socioeconômica da comunidade escolar e as condições de trabalho que o

professor enfrentará. A escolha de um livro que se alinhe com esses aspectos proporcionará aos alunos uma maior afinidade com o material, contribuindo para o desenvolvimento do processo de aprendizagem e a assimilação dos conteúdos propostos. Contudo, observa-se que os professores muitas vezes não escolhem os livros didáticos após uma análise detalhada de seu conteúdo. De acordo com Pereira, Pereira e Melo (2007), muitos acabam se acomodando à prática rotineira.

Dante (1996) destaca que é de grande responsabilidade do professor selecionar o livro didático, adequado à proposta pedagógica da escola a fim de atingir os objetivos estabelecidos em seu planejamento. Segundo o referido autor, a responsabilidade pela seleção do livro didático recai principalmente sobre o professor. Durante esse processo, é crucial considerar a realidade dos alunos e a proposta pedagógica da escola, pois ambos são parte integrante do contexto escolar. O professor deve estar ciente de que este material será utilizado por três anos, até que uma nova seleção seja

feita, daí a importância de os docentes participarem do processo de escolha, incluindo colegas experientes da mesma área que utilizam o material em suas práticas docentes.

Tendo em vista a importância da escolha correta de uma obra didática e a uma variedade de critérios considerados relevantes para essa escolha, é crucial considerar aqueles apresentados por Molina (1988):

- a) aspectos editoriais como título, bibliografia, impressão, encadernação, ilustração, qualidade do papel e linguagem;
- b) conteúdo informativo;
- c) metodologia;
- d) planejamento pedagógico;
- e) filosofia geral da educação;
- f) manual do professor;
- g) Recursos auxiliares (Molina, 1988).

Além disso, é fundamental também considerar alguns dos critérios principais descritos por Gonçalves (2007):

- a) promover a reflexão em vez de apenas a memorização;
- b) incentivar a capacidade de criação e resolução de

- problemas;
- c) apresentar conteúdos adequados à faixa etária ou série para a qual se destina;
- d) utilizar linguagem correta para contribuir com o desenvolvimento da expressão oral e escrita dos alunos;
- e) motivar e facilitar a fixação dos conteúdos propostos;
- f) oferecer uma boa apresentação, incluindo aspectos como cor, espessura do papel, margens, ilustrações e encadernação;
- g) estar atualizado quanto ao conteúdo, técnica e metodologia (Gonçalves, 2007).

Outro aspecto levantado por Gonçalves (2007) trata-se da necessidade de o professor analisar os resultados obtidos com o uso do livro didático ao longo do ano letivo em diferentes turmas, pois resultados com o uso do livro podem ser insatisfatórios. Segundo Mandarino e Belfort (2004), professores mais experientes tendem a buscar a adoção de um livro diferente quando confrontados com resultados indesejáveis.

Gonçalves (2007) enfatiza que um bom livro didático deve ser composto por uma linguagem simples, ser atrativo para os alunos, ter letras em tamanho

adequado e apresentar exemplos e ilustrações de qualidade para envolver os alunos em situações que estimulem o desenvolvimento do raciocínio lógico. O livro também deve conter exercícios diversificados, organizados por níveis de dificuldade, para motivar e facilitar o aprendizado, além de oferecer sugestões de atividades diferenciadas que auxiliem o professor ao longo de todo o processo de ensino.

Ao tratar sobre o processo de seleção do livro didático, Bez (1998) nos informa que a forma de escolha dos livros do PNLD não favorece uma seleção eficaz, por parte dos professores, uma vez que esse processo ocorre no final do ano letivo, quando os professores estão ocupados com atividades como: aplicação de provas e revisão de conteúdos a serem avaliados. Esse momento não é ideal para a seleção do livro, pois os professores estão intensamente envolvidos em suas responsabilidades, o que dificulta a análise criteriosa do material.

Nesse mesmo sentido, Gonçalves (2007) expõe que o tempo disponível para essa escolha é frequentemente insuficiente e influencia na decisão dos professores. Muitas vezes, eles têm contato limitado com o livro durante esse período breve, enquanto um tempo maior para análise seria essencial. A autora também destaca a limitação de opções de livros disponibilizados pelo governo para o processo de seleção. Em algumas situações, os professores que atuam em escolas públicas, não têm acesso a todas as obras listadas no GLD, ficam, portanto, restritos à análise de apenas alguns exemplares pré-selecionados. Esses desafios tornam difícil para os professores realizar uma escolha que esteja alinhada não apenas com a proposta pedagógica da escola, mas também com suas próprias necessidades e expectativas.

No próximo tópico, ampliando a discussão sobre as orientações e estratégias concernentes ao livro didático, trazemos considerações sobre o GLD publicadas no âmbito do PNLD.

4.1 – Guias dos Livros Didáticos

Conforme descrito por Lima *et al*, 2016, a cada edição do PNLD, as obras didáticas inscritas no programa por meio de editais são avaliadas por uma equipe pedagógica para selecionar aquelas que irão compor um catálogo: o GLD. Nesse documento, os professores encontram uma descrição geral das obras aprovadas e uma síntese de sua avaliação.

A partir dessa descrição, por meio de uma resenha crítica, o professor pode avaliar as coleções disponíveis e escolher a que mais se adequa à realidade de sua respectiva escola. As resenhas dos Guias são organizadas em visão geral, descrição da obra, análise da obra e sala de aula. Lima *et al*, ao tratar sobre essa organização, nos informam que

a Visão Geral cumpre o papel de caracterizar, sucintamente, os pontos considerados de boa qualidade e/ou limitações que possam ocorrer na

coleção, tanto no Livro do Aluno quanto no Manual do Professor.

Na **Descrição da obra**, apresenta-se a organização dos conteúdos em unidades e/ou capítulos e suas subdivisões, bem como as seções especiais presentes nos livros. Inclui-se, ainda, um sumário com os tópicos estudados por volume.

Na seção **Análise da obra**, destacam-se os itens: distribuição dos conteúdos, abordagens de cada campo da matemática escolar, metodologia de ensino-aprendizagem; contextualização e formação da cidadania; linguagem e aspectos gráficos; manual do Professor. Busca-se, com isto, informar aos docentes a qualidade do livro na totalidade. Esta é uma parte central do Guia como recurso para o professor de Matemática, em sua escolha do livro e no uso do mesmo na sala de aula.

Em **Sala de Aula** é uma seção dedicada às recomendações aos professores que pretendam adotar a obra. Na seção, são sugeridos procedimentos que o professor poderia escolher para tirar maior proveito dos recursos presentes na coleção e para contornar lacunas ou limitações, seja na abordagem de algum conteúdo, seja na metodologia de ensino-aprendizagem adotada (Lima *et al*, 2016).

Na visão de Lima *et al* (2016), essa divisão propicia que o professor possa avaliar, de forma ampla, cada coleção, nos seguintes aspectos:

as qualidades e/ou limitações presentes tanto no livro do aluno quanto no manual do professor;
a organização e distribuição dos conteúdos em unidades e/ou capítulos e suas subdivisões;
a abordagem pedagógica e a metodologia de ensino-aprendizagem, além da contextualização e formação cidadã;
a linguagem e detalhes gráficos [...] (Lima *et al*, 2016).

Para exemplificar essas funções que o GLD cumpre no PNLD, apresentamos na Figura 3, a seguir, uma das obras presentes na Língua Portuguesa - PNLD 2021 - GLD - Ensino Médio (Brasil, 2020).

Figura 3 – Recorte do Guia PNL D 2021 – Ensino Médio

ESTAÇÕES LÍNGUA PORTUGUESA: ROTAS DE ATUAÇÃO SOCIAL

TÍTULO

ESTAÇÕES LÍNGUA PORTUGUESA: ROTAS DE ATUAÇÃO SOCIAL

AUTORIA

INARA DE OLIVEIRA RODRIGUES; CAMILA SEQUETTO PEREIRA;
JANICE HELENA SILVA DE RESENDE CHAVES MARINHO (JANICE
CHAVES MARINHO); LUCIA FERNANDA PINHEIRO COIMBRA
BARROS (FERNANDA PINHEIRO BARROS); LUCIANA MARIZ;
LUDMILA SCARANO BARROS COIMBRA (LUDMILA COIMBRA);
LUIZA SANTANA CHAVES MICONI FERREIRA (LUIZA SANTANA
CHAVES); MARIA LYVIA PINHEIRO BARROS (LYVIA BARROS)

CÓDIGO DO LIVRO

0157P21013

EDITORIAL

EDITORA ATICA S.A.

CATEGORIA

Ensino Médio - 1a a 3a Série

TÍTULO DO VOLUME

ESTAÇÕES LÍNGUA PORTUGUESA: ROTAS DE ATUAÇÃO SOCIAL

NÚMERO DE PÁGINAS

320

ANO DA EDIÇÃO

2020

NÚMERO DA EDIÇÃO

1



OBRA COM MATERIAL DIGITAL



VOLUME ÚNICO



Fonte: Guia digital PNL D 2021 – Ensino Médio. (Brasil, 2021, p. 58)

No guia, encontramos um maior detalhamento dessa obra, conforme apresentado nos Quadros 1, 2, 3 e 4.

Quadro 1 - Visão geral - obra contida no Guia PNLD
2021 - Ensino Médio

Visão Geral	A obra destina-se a professores(as) e estudantes da 1ª à 3ª série do Ensino Médio e contempla as habilidades de Língua Portuguesa, articuladas às competências gerais e específicas da área, previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É composta de um Livro do Estudante (LE), um Manual do Professor (MP) e um videotutorial, que constitui o Material Digital do Professor (MDP) de apoio ao trabalho docente. Estruturada em 15 capítulos organizados por temáticas, com recursos gráficos e linguagem apropriados ao público a que se destina, essa obra parte da perspectiva sociointeracionista da linguagem, contempla as habilidades de Língua Portuguesa, articuladas às competências gerais e específicas da área, previstas na BNCC,
--------------------	---

Fonte: Guia digital PNLD 2021 - Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.59)

(Continuação) Quadro 1 – Visão geral – obra contida no
Guia PNLD 2021 – Ensino Médio

Visão Geral	explorando, no LE, os cinco campos de atuação social (vida pessoal, vida pública, campo jornalístico-midiático, campo artístico-literário, campo das práticas de estudos e pesquisas) e os Temas Contemporâneos Transversais (meio ambiente, ciência e tecnologia, economia, saúde, cidadania e civismo e multiculturalismo).
--------------------	---

Fonte: Guia digital PNLD 2021 – Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.59)

A resenha do livro acima nos possibilita uma noção geral da obra. A intenção do guia é que o professor, a partir dessas informações, considere seu currículo e seu público-alvo e, também, o uso que fará da obra didática em sala de aula. Ao trazer uma visão geral, o Guia possibilita que o docente visualize quais conteúdos e habilidades são contemplados, como estão organizados e distribuídos em capítulos e seções no livro e qual perspectiva pedagógica os fundamenta.

O currículo pode ser definido como um elemento dinâmico e multifacetado que se molda às diferentes realidades sociais e históricas (Sacristán, 2008).

Quadro 2 – Descrição – obra contida no Guia PNLD
2021 – Ensino Médio

Descrição da Obra	O LE está organizado em 15 capítulos temáticos: Nós, Jovens de Atitude! Eu, Meus Estudos e a Língua Portuguesa; Conversas de Verso e Prosa...; Agir para Transformar! Humor é Coisa Séria!; Assumindo Nossa Responsabilidade; Fato ou fake?; Viajar é Preciso!; De Olho no Futuro!; Viagem ao Desconhecido...; Lugar de Mulher é Onde ela Quiser!; Ser ou Não Ser... Esses capítulos são precedidos de uma seção chamada Conheça a BNCC.
--------------------------	--

Fonte: Guia digital PNLD 2021 – Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60)

(Continuação) Quadro 2 - Descrição - obra contida no
Guia PNLD 2021 - Ensino Médio

Descrição da Obra	Utilizando linguagem metafórica do campo semântico da viagem, a obra intitula as seções de Embarque, Viagem e Desembarque. Essas seções relacionam tema, conteúdos e atividades ao percurso de aprendizagem de cada capítulo. Propõe que o(a) estudante trabalhe cada temática selecionada em três etapas: 1) na seção Embarque, é introduzido o objeto de estudo ou a temática; 2) na seção Viagem e nas subseções Paradas, apresentam-se conhecimentos novos ou se aprofunda o que já foi visto, com atividades de leitura, produção de textos orais e escritos ou multimodais e atividades de análise linguística/semiótica;
--------------------------	---

Fonte: Guia digital PNLD 2021 - Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60)

(Continuação) Quadro 2 - Descrição - obra contida no
Guia PNLD 2021 - Ensino Médio

Descrição da Obra	3) no Desembarque, os(as) estudantes são desafiados(as) a realizar alguma atividade em que assumam o papel de protagonistas (promoção de eventos na escola com a participação de comunidade externa, por exemplo). Em diferentes capítulos, aparece, com certa recorrência, o boxe Sugestão de Ampliação, que indica vídeos, livros, artigos, sites, blogs sobre o assunto em foco. Ao final, o LE apresenta as seções Conexões, as quais apresentam questões de exames em larga escala e Referências Bibliográficas Comentadas para cada capítulo do livro. A primeira parte do MP corresponde à reprodução do LE, com acréscimos de orientações dirigidas ao(à) professor(a) e com sugestão de respostas a algumas atividades.
--------------------------	--

Fonte: Guia digital PNLD 2021 - Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60)

(Continuação) Quadro 2 - Descrição - obra contida no
Guia PNLD 2021 - Ensino Médio

Descrição da Obra	A segunda parte apresenta o MP propriamente dito, com sumário dividido em Orientações Gerais, Orientações Específicas e Referências Bibliográficas Complementares. Em Orientações Gerais, a obra apresenta a concepção teórico-metodológica que subsidia a abordagem das práticas de linguagem no componente de Língua Portuguesa, com base em estudos contemporâneos; o planejamento, propondo um modelo participativo e flexível; a avaliação, fundamentada nos princípios da avaliação processual e formativa; e os procedimentos e estratégias didático-pedagógicas. Nas Orientações Específicas, são apresentadas orientações acerca de cada um dos capítulos do LE.
--------------------------	---

Fonte: Guia digital PNLD 2021 - Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60)

(Continuação) Quadro 2 - Descrição - obra contida no
Guia PNLD 2021 - Ensino Médio

Descrição da Obra	Cada um é introduzido por um parágrafo, com os objetivos, os campos de atuação, a temática, a justificativa, as competências e as habilidades que serão contempladas. Em seguida, oferece orientações específicas sobre os objetivos previstos e sobre como fazer a abordagem em cada seção. O MPD é um videotutorial legendado, que apresenta a abordagem teórico-metodológica da obra, as concepções de linguagem adotadas, bem como as práticas de linguagem, a concepção de avaliação, a articulação com a BNCC e o diálogo proposto nos capítulos com os Temas Contemporâneos Transversais previstos na BNCC.
--------------------------	--

Fonte: Guia digital PNLD 2021 - Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60)

A descrição acima informa, de maneira objetiva, como o ensino de língua portuguesa está organizado no livro. Ou seja, o conteúdo é distribuído em quinze capítulos temáticos, sendo que é utilizada a metáfora da viagem para estruturar o aprendizado dos alunos em três etapas: embarque, viagem e desembarque. O guia avalia que essa abordagem dinâmica tem como finalidade promover a imersão dos alunos e seu protagonismo no processo de aprendizagem. Há menção importante sobre o alinhamento do material à BNCC e aos temas contemporâneos transversais em orientações detalhadas no manual do professor.

Quadro 3 - Análise - obra contida no Guia PNLD 2021 -
Ensino Médio

Análise	A obra valoriza a diversidade de temáticas, de gêneros textuais/discursivos e de textos multimodais de diferentes campos de atuação social. Esse aspecto revela atenção tanto à pluralidade de ideias que deve subsidiar as aprendizagens quanto à garantia dos direitos humanos e sociais, considerando as juventudes e seus diversos perfis. Nessa proposta de trabalho, em consonância com as diretrizes do Novo Ensino Médio, o(a) estudante é colocado(a) como protagonista em diversas situações. Há propostas, em cada capítulo, que o(a) conduzem a experimentar práticas de linguagem, com ênfase no desenvolvimento de estratégias argumentativas,
----------------	--

Fonte: Guia digital PNLD 2021 - Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60)

(Continuação) Quadro 3 – Análise – obra contida no
Guia PNLD 2021 – Ensino Médio

Análise	considerando-se recursos linguísticos e de outras modalidades semióticas, os quais são estudados no que diz respeito à construção de diferentes efeitos de sentido. É nítida também a promoção de estratégias voltadas para o pensamento computacional, para a leitura inferencial, bem como para a busca de informações em fontes confiáveis. A sistematização das informações levantadas no processo de aprendizagem e a socialização dos conhecimentos desenvolvidos, sempre com escuta sensível das posições dos(as) colegas e do(a) professor(a), também são incentivadas. Destacam-se, na obra, os textos verbais, os imagéticos e, em especial,
----------------	--

Fonte: Guia digital PNLD 2021 – Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60)

(Continuação) Quadro 3 – Análise – obra contida no
Guia PNLD 2021 – Ensino Médio

Análise	as fotografias de obras de arte de autores de diversas etnias, que refletem a diversidade da sociedade brasileira, principalmente, das juventudes. A partir desses textos, há a articulação de diferentes atividades: nas de leitura, por exemplo, identificam-se questões voltadas para a análise linguística/semiótica, fundamentais para a atribuição de sentidos possíveis a esses textos; e nas atividades voltadas para os textos literários, há a promoção da leitura-fruição e o estímulo à formação do(a) leitor(a). Nessa obra, as competências gerais, específicas e as habilidades previstas para o componente de Língua Portuguesa no Ensino Médio são trabalhadas por meio de atividades que provocam o(a) estudante a mobilizar informações para experienciar as práticas de linguagem,
----------------	--

Fonte: Guia digital PNLD 2021 – Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60)

(Continuação) Quadro 3 – Análise – obra contida no
Guia PNLD 2021 – Ensino Médio

Análise	por meio da leitura, da escrita, da oralidade, da análise da linguagem verbal e de outras semioses. Tudo isso é feito envolvendo aspectos socioculturais, políticos, ambientais, profissionais, de modo a contemplar os Temas Contemporâneos Transversais previstos na BNCC, bem como os diversos campos de atuação social. A obra possibilita ao(à) estudante motivar-se a refletir sobre direitos humanos e sociais, considerando os princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano. Com isso, estimula o trabalho em equipe, a demonstração dos conhecimentos construídos e a percepção do potencial de aplicação do que os(as) estudantes aprenderam para além da sala de aula.
----------------	---

Fonte: Guia digital PNLD 2021 – Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60)

(Continuação) Quadro 3 - Análise - obra contida no
Guia PNLD 2021 - Ensino Médio

Análise	A obra promove a abordagem das metodologias ativas e valoriza estratégias voltadas para a argumentação, o pensamento computacional, a leitura inferencial, bem como para a construção de análises críticas, criativas e propositivas. Há incentivo à pesquisa em fontes confiáveis e à sistematização das informações levantadas, fomentando o desenvolvimento do senso crítico, criativo e propositivo.
----------------	--

Fonte: Guia digital PNLD 2021 - Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60)

Sobre a análise geral do livro, observamos a descrição de objetivos pedagógicos que podem ser alcançados, como o incentivo à sistematização de informações e à socialização de conhecimentos. Aspectos gráficos, estéticos e ideológicos também são apontados. Isso se materializa na descrição de textos verbais, imagéticos

e fotografias de autores étnicos diversos, o que reflete a diversidade da sociedade brasileira. A análise também aponta a capacidade da obra de promover reflexão sobre direitos humanos e sociais, com vistas a desenvolver a cidadania e o convívio social. Tudo isso contribui para nortear o professor tanto na escolha do livro quanto em seu uso na interação com os alunos.

Quadro 4 – Sala de aula – obra contida no Guia PNL D
2021 – Ensino Médio

Sala de Aula	Professor(a), a obra oferece muitas propostas de atividades passíveis de serem realizadas em diferentes contextos, considerando-se a diversidade do público a que se destina. Há orientações específicas para cada atividade, bem como propostas de atividade complementar em alguns capítulos, com objetivos definidos, porém com possibilidade de adequação, a considerar o contexto da escola e da turma.
---------------------	--

Fonte: Guia digital PNL D 2021 – Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60-61)

(Continuação) Quadro 4 – Sala de aula – obra contida
no Guia PNLD 2021 – Ensino Médio

Sala de Aula	As propostas de atividades em que se prevê uso de recursos tecnológicos mais contemporâneos e, portanto, menos acessíveis em muitas escolas, são, em geral, colocadas como opcionais. Pela independência dos capítulos, você será o(a) responsável por definir o planejamento das atividades, organizando-as de acordo com critérios que considerar relevantes, como, por exemplo, o perfil da turma. No que diz respeito aos processos de ensino e aprendizagem em cada capítulo, o produto final a ser realizado pelos(as) estudantes é resultado de estudos e pesquisas, exigindo envolvimento, estudo, investigação, debate, criação, imaginação, trabalho em grupo, uso das tecnologias, apresentações individuais e coletivas.
---------------------	--

Fonte: Guia digital PNLD 2021 – Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60-61)

(Continuação) Quadro 4 – Sala de aula – obra contida
no Guia PNLD 2021 – Ensino Médio

Sala de Aula	Essa metodologia exercita a curiosidade intelectual, uma vez que pressupõe a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, bem como a elaboração e a testagem de hipóteses, a (re)formulação de procedimentos para resolver (ou ao menos mitigar) problemas. Dessa forma, há na obra orientações sobre como a pesquisa é um processo sistemático (e coletivo), que gera novos conhecimentos. Com isso, a obra estimula a curiosidade intelectual e o uso da abordagem própria das ciências, levando o estudante a investigar, refletir criticamente e analisar um objeto para posterior tomada de decisões. Para tanto, todos os capítulos trazem um problema, cuja solução demanda uma série de ações individuais, coletivas e colaborativas, em que o processo de
---------------------	---

Fonte: Guia digital PNLD 2021 – Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60-61)

(Continuação) Quadro 4 – Sala de aula – obra contida
no Guia PNLD 2021 – Ensino Médio

Sala de Aula	pensamento envolvido na formulação de um problema e na expressão de sua solução requer leitura, estudo, apresentação oral, produção escrita e proposta de um produto final a ser socializado. Destaca-se a prática de análise linguística/semiótica, que pode ser ampliada e melhor explorada por você, professor(a). Embora haja, em todos os capítulos, uma seção específica para tal fim e, ao longo das atividades de leitura de textos, a análise da língua esteja posta, a abordagem é trabalhada parcialmente no que se refere à variação linguística. Logo, esse tema deve ser complementado por você em sala de aula.
---------------------	--

Fonte: Guia digital PNLD 2021 – Ensino Médio. (Brasil, 2021, p.60-61)

No que diz respeito ao tópico sala de aula, notamos ser dada ao professor uma noção clara sobre as propostas de atividades. As do livro em questão são avaliadas como adaptáveis a contextos e públicos-alvo diversos. Há também as atividades complementares que visam ampliar as possibilidades de se alcançar os respectivos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. O guia mostra ainda as atividades opcionais que demandam o uso de recursos tecnológicos nem sempre disponíveis nas escolas públicas brasileiras. Isso evidencia uma gama de atividades que poderão ser adaptadas por professores que atuam em diferentes realidades sociais e econômicas. Além disso, o guia informa que o professor terá a liberdade de organizar sequencialmente o estudo conforme o perfil de seus alunos, tendo em vista a independência entre os capítulos do livro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este produto educacional, realizado no mestrado profissional da ProfEPT do IFMG-*Campus* Ouro Branco, buscou apresentar orientações estratégicas para a escolha do livro didático. Ao longo deste livro, procuramos apresentar um material que pudesse contribuir para que docentes e coordenadores de ensino possam escolher os livros didáticos que vão utilizar no cotidiano escolar.

Num primeiro momento, discutimos sobre a pedagogia histórico-crítica como uma proposta pedagógica para a escolha dos livros didáticos. Essa vertente constitui uma proposta pedagógica que aspira trabalhar o saber sistematizado, transformando-o em saber significativo.

Em seguida, apresentamos as políticas públicas do livro didático no Brasil até a configuração em que encontra hoje o PNLD. Vimos que esse programa é de grande importância para a Educação, pois contribui para a promoção da igualdade de oportunidades, o fortalecimento da escola pública, a melhoria da qualidade do ensino e a formação cidadã dos estudantes.

Tratamos, posteriormente, da importância do livro didático no processo educacional. Vimos que esse recurso pedagógico deve ser um complemento no processo de ensino-aprendizagem. Por último, à luz das discussões da pedagogia histórico-crítica, trouxemos algumas orientações e estratégias para a escolha de livros didáticos. Cabe destacar, dentre as orientações e estratégias apresentadas, a necessidade do protagonismo docente no processo de escolha dos livros. O professor deve ser respeitado no momento de escolha da obra que será adquirida pela escola, por isso a escolha é feita pelo grupo de professores de cada instituição de ensino, de acordo com suas respectivas necessidades.

REFERÊNCIAS

ABBEG, Valter Andre Jonathan Osvaldo. **Cultura material escolar e o livro didático. School material culture and textbooks. Cultura material escolar y libros de texto.** ETS HUMANITAS – Revista de Ciências Humanas, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 44-73, jul.-dez. 2023. e-ISSN: 2965-4378. DOI: <https://10.5281/zenodo.8374325>. Disponível em: <<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:efe1a94c-d5a3-44f7-8cec-ef0024c595f4>>. Acesso em: 07 ago. 2024.

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; FERREIRA, Andrea Tereza Brito. **Programa nacional de livro didático (PNLD): mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula. Ensaio: aval. pol. públ. educ.,** Rio de Janeiro, v. 27, n. 103, p. 250-270, abr. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019000200250&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ALMEIDA, Mônica Angélica Barbosa de. **Pedagogia histórico-crítica: um guia para o planejamento do trabalho pedagógico** - Produto Educacional. Anápolis:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências. Rio de Janeiro. 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação: citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro. 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029**: Informação e documentação: Livros e folhetos. Rio de Janeiro. 2006.

BATISTA, Antonio Augusto Gomes. **A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. In: Rojo, Roxane & Batista, Antônio Augusto. (orgs.) Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003, p. 25-67.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; ROJO, Roxane; ZÚÑIGA, Nora Cabrera. **Produzindo livros didáticos em tempo de mudanças (1999-2002)**. In: COSTA VAL, Maria da Graça.; MARCUSCHI, Beth. (Orgs). Livros didáticos de Língua Portuguesa: letramento e cidadania. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

BEZ, Denise de Bem. **O livro didático: instrumento do professor ou o professor instrumento do livro didático.** 1998. 56f. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação). Universidade do Extremo Sul Catarinense. Araranguá.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Em foco: história, produção e memória do livro didático.** Educação e Pesquisa. v. 30, n. 3. São Paulo: Set/2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/5F3qZ8T4ttSXqkpC9bYyPLb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 93**, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União, seção 1, 1937.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.006**, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União, 5 jan. 1939.

BRASIL. **Decreto Nº 8.460**, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União, seção 1, dez. 1945.

BRASIL. **Decreto Nº 59.355**, de 4 de outubro de 1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura a

Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted) e revoga o Decreto número 58.653-66. Diário Oficial da União, seção 1, out. 1966.

BRASIL. Decreto nº 62.411, de 15 de março de 1968. Aprova o estatuto da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Diário Oficial da União, seção 1, mar.1968.

BRASIL. Decreto Nº 77.107, de 4 de fevereiro de 1976. Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, fev. 1976.

BRASIL. Decreto Nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, ago. 1985.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018 Guia de livros didáticos. Ensino médio.** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).** Disponível em:

<[https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2023/visao-geral/visao-geral-e-a-m-b-i-e-n-t-e-e-x-t-e-r-n-o-#:~:text=O%20Fundo%20Nacional%20de%20Desenvolvimento,Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(MEC\)](https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2023/visao-geral/visao-geral-e-a-m-b-i-e-n-t-e-e-x-t-e-r-n-o-#:~:text=O%20Fundo%20Nacional%20de%20Desenvolvimento,Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(MEC)>)>. Acesso em 12 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2021 Guia de livros didáticos. Ensino médio**. Brasília: MEC, 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 7.084** de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7084.htm>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD**, Brasília: MEC, [2020?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-acoes-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia digital PNLD 2021: obras didáticas por áreas de conhecimentos específicos**. Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 4 de outubro de 2022. Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC. Brasília: Diário Oficial da União, 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em : <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13415&ano=2017&ato=115MzZE5EeZpWT9be>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes**. Revista História Hoje, v. 7, n. 14, p. 21-40, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i14.465>>. Acesso em: 03 de julho de 2023.

DANTE, Luiz Roberto. **Livro didático de Matemática: uso ou abuso?** Em Aberto, Brasília, v. 16, n. 69, p. 83-97, jan./mar. 1996.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini; MILITÃO, Silvio Cesar Nunes; MILITÃO, Andréia Nunes; PERBONI, Fabio; RAMOS, Regina Célia; LIMA, Vanda Moreira Machado; LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. **A Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de História no Novo Ensino Médio**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1027-1056, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/sXpYnZHpqh4qkD9GZqZvyJP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

DUARTE, Newton. **A importância da concepção de mundo para a educação escolar: porque a pedagogia histórico-crítica não endossa o silêncio de Wittgenstein**.

in *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n.1 p. 8-25, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12808/9501&sa=D&source=docs&ust=1705142990122762&usg=AOvVaw1fUYcjTTok7KK65nsKThRd>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2024.

GATTI JR., Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970 – 1990)**. Bauru: Edusc, 2004.

GONÇALVES, Ruth Grossmann. **O emprego do livro didático de Matemática no Ensino Fundamental da rede pública estadual**. 2007. 40f. Monografia (Especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior). Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma.

LIMA, Paulo Figueiredo; GITIRANA, Verônica; LUCENA, Rosilângela; IGNÁCIO, Rogério. **O Guia do PNLD e o Livro Didático: um olhar para a documentação do professor**. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE DIDÁTICA DA MATEMÁTICA, 2016, Bonito. Anais [...]. Bonito, MS, 01 a 06 de nov. 2016.

MACÊDO, Josué; BRANDÃO, Daniel; NUNES, Daniel. **Limites e possibilidades do uso do livro didático de**

Matemática nos processos de ensino e de aprendizagem. Educação Matemática Debate, Montes Claros, v. 3, n. 7, p. 68–86, 2019. DOI: 10.24116/emd.v3n7a04. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/emd/article/view/79>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MANDARINO, Mônica Cerbella Freire; BELFORT, Elizabeth. **Como é escolhido o livro didático de Matemática dos primeiros anos do Ensino Fundamental?** In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 8, 2004, Recife. Anais do VIII ENEM: Educação Matemática: um compromisso social. Recife: SBEM, 2004. p. 1-13.

MOLINA, Olga. **Quem engana quem? Professor x livro didático.** 2 ed. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Esmeralda Maria Queiroz de. **Estratégias realizadas pelos professores ao utilizar o livro didático para trabalhar estatística.** In: 32^a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2009, Caxambu - Minas Gerais. Anais da 32^a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2009.

PEREIRA, Ana Carolina Costa; PEREIRA, Daniele Esteves; MELO, Elisângela Aparecida Pereira. **Livros didáticos de Matemática: uma discussão sobre seu uso**

em alguns segmentos educacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 9, 2007, Belo Horizonte. Anais do IX ENEM: Diálogos entre a Pesquisa e a Prática Educativa. Belo Horizonte: SBEM, 2007, p. 1-9.

PIRES JUNIOR, Humberto. **Educação e legislação: um viés histórico-documental para o surgimento do livro didático e sua incidência na mediação do ensino e da aprendizagem entre professor e aluno.** Work. Pap. Linguíst., Florianópolis, v. 22, n. 1, jan./jul. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1984-8420.20213e71361>>. Acesso em: 06 ago. 2024.

REGO, Frederico Guilherme Monturil; QUEIROZ, Mailson Santos de; MORAIS, Pauliane Aparecida de. **A Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de História no Novo Ensino Médio.** Revista Acadêmica Caderno de Diálogos, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.faculdefamart.edu.br/index.php/cadernodedialogos/article/view/61>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SACRISTÁN, Jose Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SAMPAIO, Heloísa. **O Programa Nacional do Livro Didático na Educação Profissional e Tecnológica.** In: FREITAS, Luiz Carlos de; CRUZ, Sheila de Castro Faria

da; RIBEIRO, Vera Masagão (orgs.). **Políticas públicas e educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2018. p. 59-72.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politecnia**. Trabalho, Educação & Saúde, Rio de Janeiro, nº. 1, p. 131-52, 2003.

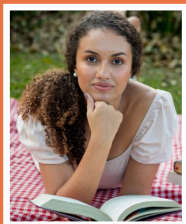
SAVIANI, Dermeval, 1944 - **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações/ Dermeval Saviani 11^a ed. rev.**— Campinas, SP: Autores Associados, 2011. - (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11^a. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, Monica Ribeiro da. **A BNCC na reforma do ensino médio O resgate de um empoeirado discurso**. EDUR · Educação em Revista. 2018; 34:e214130. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?lang=pt>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SOUZA, Carlos Fabiano de. **Novo Ensino Médio: Deriva de sentidos em uma propaganda televisiva do governo federal**. Linguagem em (Dis)curso– LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 3, p. 469-490, set./dez. 2020.

SOBRE AS AUTORAS



LEONICE DOS SANTOS LOPES

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT, IFMG *campus* Ouro Branco. Especialista em: Neuroaprendizagem e o Transtorno de Aprender - ênfase em Educação Inclusiva; Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica - ênfase em Educação Especial e Psicopedagogia Clínica e Institucional - ênfase em Educação Inclusiva; Alfabetização e Letramento; Gestão Estratégica em Saúde. Graduada em Pedagogia. Licenciatura Plena em Educação Especial. É professora de educação básica - Atendimento Educacional Especializado (AEE). Atua como psicopedagoga. Possui mais de dez anos de experiência na área de educação básica.



RAQUEL APARECIDA SOARES REIS FRANCO

É professora do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Graduada em Letras e em Pedagogia. Possui mestrado em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG e doutorado em Educação pela linha de pesquisa Educação e Linguagem da Faculdade de Educação da UFMG. Tem experiência na área de educação e linguagem, atuando principalmente nos seguintes temas: letramento acadêmico, ensino de língua portuguesa, formação de professores e educação técnica e tecnológica.

